



Anais da Assembleia

Nº 140

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 05 DE NOVEMBRO DE 1979

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 133ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 1979

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Tadeu Lúcio Machado.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (57); achando-se ausente, em missão cultural, o Senhor Deputado Ezequias Losso.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (**Fabiano Braga Côrtes**) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao Excelentíssimo Senhor Governador NEY BRAGA, e ao Sr. Secretário de Educação, agilização no processo de implantação da Universidade Estadual do Oeste em Cascavel.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1979.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

A FECIVEL, Faculdade de Educação Ciências e Letras de Cascavel, funcionando atualmente no regime de direito público municipal, possui atualmente seis (06) cursos: Administração de Empresas, Ciências Contábeis, Pedagogia, Letra Anglo-Portuguesa, Enfermagem e Engenharia Agrícola, contará ainda com o curso de Odontologia, já aprovada pelo Conselho Estadual de Ensino, dependendo apenas da autorização pelo Governo Federal para seu funcionamento.

Outrossim, gostaríamos de salientar que a manutenção da futura Universidade em regime de Fundação, tal como ocorre atualmente com a FECIVEL, acarretará despesas insustentáveis à municipalidade, bem como sobrecarregará a taxa de anuidade para os alunos de menor poder aquisitivo.

Cascavel, cidade polo da Região Oeste do Paraná, cuja densidade demográfica sobe à faixa de 1.500.000 habitantes, fato este que por si justifica plenamente tal proposição em vir-

tude dos benefícios que esta criação trará para a população desta região.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 181/79

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O art. 53, da Lei Complementar n.º 02, de 18/06/73, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 53 — Nos casos de vaga ou investidura em qualquer dos casos mencionados no artigo 57, dar-se-á a convocação do suplente.

I — Convocar-se-á o suplente em qualquer caso de licença do titular, obedecendo-se as normas constantes do item II, deste artigo.

II — A convocação do suplente far-se-á quando o titular licenciar-se para tratar de interesses particulares ou por doença por período igual ou superior a cento e vinte dias.

§ 1.º — O suplente convocado deverá tomar posse dentro do prazo de trinta dias.

§ 2.º — Em caso de vaga, não havendo suplente, o Presidente comunicará o fato, dentro de quarenta e oito horas, ao Tribunal Regional Eleitoral”.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1979.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei, visa estender aos Vereadores as prerrogativas do art. 36 da Constituição Federal, que, recentemente, pela Emenda Constitucional n.º 13, promulgada pelo Congresso Nacional em 10 de outubro próximo passado e publicada no Diário Oficial da União no dia 11 do mesmo mês, recebeu nova redação, dando possibilidade de convocação de suplente em caso de licença igual ou superior a cento e vinte dias, do titular, para tratar de interesses particulares ou por motivo de doença.

Por tratar-se de matéria fundamentada em preceitos constitucionais, esperamos o apoio dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (**Fabiano Braga Côrtes**) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, não há oradores inscritos. No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Gernote Kirinus. — (**Ausente**) Deputado Dácio Leonel. (**Ausente**) Trajano Bastos — (**Declina**) Nilso Sguarezi (**Ausente**).

A Mesa consulta a Liderança do MDB se deseja fazer uso de seu horário.

Com a palavra, o nobre Deputado Adalberto Daros. O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A semana retrasada, encaminhamos à Mesa pedido de informações à TELEPAR, e este pedido de informações não teve o beneplácito da Casa, foi rejeitado, mais especificamente, pela bancada do Governo nesta Casa.

Dois dias depois, recebi uma carta do Diretor Presidente da TELEPAR, no qual ele se colocava à nossa disposição para explicações no que diz respeito à TELEPAR, explicações sobre qualquer assunto que o levasse a ele.

Mas, preferi, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazer o que entendo ser correto, como Deputado da Oposição, vim a esta tribuna e demonstrar aquilo que entendemos de errado, as

No Pequeno Expediente não há oradores inscritos. No Grandê Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Gernote Kirinus (**Ausente**). Deputado Dácio Leonel (**Ausente**); Trajano Bastos (**Declina**); Nilso Sguarezi (**Ausente**).

A Mesa consulta a Liderança do MDB se deseja fazer uso de seu horário. Deputado Adalberto Daros.

Com a palavra o nobre Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A semana retrasada, encaminhamos à Mesa, pedido de informações à TELEPAR, e este pedido de informações não teve o beneplácito da Casa, foi rejeitado, mais especificamente, pela bancada do Governo nesta Casa.

Dois dias depois, recebi uma carta do Diretor Presidente da TELEPAR, na qual ele se colocava à nossa disposição, para explicações no que diz respeito à TELEPAR, explicações sobre qualquer assunto que o levasse.

Mas, preferi, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazer o que entendo ser correto, como Deputado da Oposição, vim a esta tribuna, demonstrar aquilo que entendemos de errado, as matérias que entendemos serem não corretas, porisso mesmo é que venho na tarde de hoje, trazer outro assunto que diz respeito à TELEPAR.

A nossa companhia de comunicações fez, durante o começo deste ano e o fim do ano passado, muita propaganda com respeito a instalação de telefones nos Municípios de Matinhos e Guaratuba. A maioria dos que adquiriram esses telefones são veranistas, pessoas que têm suas residências fixas, na maioria, em nossa Capital; e a TELEPAR, através desta propaganda, oferecia telefones nos municípios já aludidos, Matinhos e Guaratuba, colocando para aqueles que quisessem adquiri-los, uma tabela de preços, fixa, da qual no contrato entre a TELEPAR e o assinante, especifica que a participação financeira é fixa, não ficando sujeita a revisões, ou correções posteriores.

E a TELEPAR vendeu diversos telefones àqueles dois municípios.

A maioria desses telefones, com carnês que são pagos - no caso específico que tenho em mãos - no Banco Bamerindus de Matinhos.

Alguns telefones não foram instalados. Tudo em razão da TELEPAR querer, agora, reajustar os preços dos telefones naqueles municípios. Tanto é fato que, manda para um adquirente - caso específico que tenho em mãos - em lançamento de 17 de agosto deste ano, uma alta de cerca de quase oito mil cruzeiros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, fico a perguntar-me: Pretendemos sempre, nesta Casa, mostrar o que achamos errado? Quando pretendíamos, há alguns dias, um pedido de informações, para sabermos a respeito de acontecimentos havidos em nossa Capital, com relação à TELEPAR, tivemos nosso pedido rejeitado.

Logo em seguida, o Sr. Presidente da TELEPAR, gentilmente, nos envia uma carta pessoal, colocando-a a nossa disposição para responder sobre qualquer assunto de interesse da população com relação àquela Companhia.

Acredito que o papel do Deputado da Oposição, aliás de todos os Deputados desta Casa, que é o Poder Legislativo, é de trazer à baila, é de mostrar à população que representa, aquilo que entende de errado; aquilo que entende ser não correto.

Por entender errada e não correta a atitude da TELEPAR com relação à instalação de telefones, nesses dois Municípios Matinhos e Guaratuba, é que trazemos à esta tribuna, o assunto para que, naturalmente, o Diretor-Presidente da TELEPAR nos explique quais as razões que levaram a empresa que ele preside, em aumentar os preços dos telefones naqueles dois municípios.

E o pior é que o assinante, ao ir ao Banco pagar a parcela

do telefone adquirido, especificamente o Bamerindus de Matinhos, recebe um recibo do Banco. Porque, a Companhia de Telecomunicações do Paraná proibiu o Banco de receber as parcelas, em função de querer esse reajuste.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não tivemos oportunidade, hoje, de preparar um requerimento de informações à TELEPAR, mas não poderíamos deixar de trazer, a esta Casa, o que está acontecendo naqueles dois municípios.

Em data de amanhã, encaminharemos à Mesa, novamente, um pedido de informações ao Presidente da TELEPAR para que nos explique por que aquela Companhia pretende o reajuste de telefones naqueles dois municípios.

Muito obrigado.— (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Esta Presidência consulta a Liderança da ARENA, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

(**A Liderança declina**)

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado**.— Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 83/79 - de autoria do Deputado DEL CIEL, que fixa novos limites para Distritos Administrativos do Município de Londrina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado**.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 147/79 - de autoria do Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE, que autoriza o Poder Executivo permutar com o Município de Foz do Iguaçu, lotes conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado**.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 143/79 - de autoria do Deputado CARLOS ZANLORENZI, que declara de utilidade pública o "Seminário São José de Curitiba", com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo**.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 144/79 - de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Mandaguáçu, área de terra que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo**.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 119/79 - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mensa. Govern. n.º 106/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando execução de obras de combate da erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo**.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 120/79 - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 118/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Paranavai, objetivando execução de obras de combate da erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial

de Controle da Erosão no Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 121/79 - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 122/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Nova Londrina, que objetiva execução de obras de combate da erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 97/79 - de autoria dos Deputados ERONDY SILVÉRIO e NILSO SGUAREZI, que dá nova redação ao artigo 155, do Regimento Interno. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 97/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — O Art. 155 do Regimento Interno, passa ter a seguinte redação:

"Art. 155 — Sobre qualquer outra matéria em discussão não regulada por este Regimento, cada Deputado poderá falar uma vez, pelo prazo de trinta (30) minutos".

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(aa) ERONDY SILVÉRIO e NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

O dispositivo acima alterado estabelece o prazo de uma hora para a discussão de "qualquer matéria em discussão não regulada por este Regimento", o que significa que o essencial já tem o tempo fixado.

Dessa forma, parece que uma hora é um período longo demais para a discussão de assuntos não especificamente indicados no Regimento Interno, como é o caso dos requerimentos.

Em trinta minutos qualquer dessas matérias poderá merecer discussão capaz de esgotar todos os seus desdobramentos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 97/79

P A R E C E R

De autoria dos Deputados Erondy Silvério e Nilso Sguarezi, o presente projeto de resolução tem por finalidade disciplinar matéria em discussão não regulada pelo R.I. conforme específica.

Regimentalmente, o projeto de resolução está devidamente justificado.

Analisando-se o aspecto legal e constitucional da matéria a que é chamada a opinar esta Comissão, temos que não existe qualquer impedimento que possa obstruir a sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1.979.

(a) GILBERTO CARVALHO, Presidente e Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 122/79 - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. 130/79), que aprova Termo de re-ratificação n.º 02 ao Convênio n.º 28/77, celebrado entre o Governo do

Estado do Paraná e a SUDESUL, que objetiva a elaboração do Plano Diretor do Eixo Londrina - Maringá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 123/79 - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 133/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Indianópolis, objetivando execução de obras de combate da erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 124/79 - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 134/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Alto Paraná, objetivando execução de obras de combate da erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 125/79 - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 138/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Rondon, objetivando execução de obras de combate da erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 126/79 - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 108/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Planaltina do Paraná, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 127/79 - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 121/79), aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de São João do Caiuá, objetivando execução de obras de combate da erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 128/79 - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 136/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Santa Isabel do Ivaí, objetivando execução de obras à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 129/79 - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 126/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Icaraima, objetivando execução de obras de combate da erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Cardeal e Patriarca Dom Iossef Slipyl, Líder da Igreja Católica Ucraniana, pelo transcurso de seus 40 anos de Ordenação Episcopal.— **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, visando a criação dos Distritos Judiciários de São José, no Município de Santa Helena e São Pedro, no Município de Toledo.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja dada maior autonomia ao Município de Toledo, no tocante aos seus planos viários peculiares, com retenção de todas as multas de trânsito nele arrecadadas.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, visando a instalação de um monocal na Vila Dois Marcos, Município de Toledo.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Direção da Associação Médica do Paraná - Regional de Ponta Grossa, pela realização do 4.º Congresso Médico.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor à Direção do Instituto de Terras e Cartografia, pela solução do problema fundiário de Campina Alta, Município Tibagi.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COPEL, encarecendo a implantação dos projetos de eletrificação rural do Município de Foz do Iguaçu.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Núncio Apostólico, Dom Camine Rocco, Sr. Presidente da C.N.B.B. e ao Arcebispo D. Pedro Fedalto de Curitiba, no sentido de que seja incluída a Cidade de Curitiba no roteiro oficial de sua Santidade o Papa João Paulo II.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Banco Central, no sentido de que seja revogada a resolução que proíbe a reforma de empréstimos bancários realizados pelas Prefeituras Municipais.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Airton Cordeiro, Renato Bueno e João Elísio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando prorrogação do prazo para a conclusão dos trabalhos da C.P.I. sobre a Fundação Universidade Estadual de Londrina.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações aos Srs. Cláudio e Moysés Paciornik, pelas conclusões a que chegaram no campo médico-científico.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, lido da tribuna em sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Delegado da SUNAB, encarecendo seja reexaminada sua posição e, providências tomadas no episódio que envolveu o Super Mercado das Bandeiras,— LEMBRASUL, com a venda de carne congelada.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Elísio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. Prefeito Municipal de Paranaguá, pela criação do Polo Industrial de Ponta do Poço.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor pelo transcurso do "Dia do Comerciante".— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de apoio e solidariedade aos 15 metalúrgicos demitidos sem justa causa pela Metalúrgica Britânia S.S., localizada em Curitiba.— **Rejeitado.**

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Gernote Kirinus, queiram levantar-se. (**Pausa**).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (**Pausa**)

10 Srs. Deputados o aprovam;

7 Srs. Deputados o rejeitam. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 06, terça-feira, à hora regimetal, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs: 133/79, 143 e 144/79; dos Projetos de Resolução n.ºs: 119/79, 120 e 121/79;

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs: 97/79, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128 e 129/79;

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 79/79.

Levanta-se a sessão.

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR – FEPPA

BALANCETE REFERENTE AO MÊS DE OUTUBRO DE 1979

D É B I T O			C R É D I T O		
BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A.			REDA DE CONTRIBUIÇÕES	2.616.088,23	
AGÊNCIA CENTRO CÍVICO	410.382,45				
BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A.			REDA DE CONTRIBUIÇÕES	<u>4.270.289,14</u>	6.886.377,37
CONTA POUPANÇA	378,95				
BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A.			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		28.769.276,41
PRAZO FIXO	20.000.000,00				
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	<u>10.901.132,95</u>	31.311.894,35			
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		30.100,00			
MATERIAL DE CONSUMO	4.099,90				
SERVIÇOS DE TERCEIROS	402,50				
PENSIONISTAS	4.111.280,00				
SEGUROS	<u>217.877,03</u>	<u>4.333.659,43</u>			
	SOMA	35.675.653,78		SOMA	35.675.653,78

Reconhecemos a exatidão do presente balancete somando a importância de “trinta e cinco milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e três cruzeiros e setenta e oito centavos”.

a) ARY DOS SANTOS
CONTADOR CRC 47 - PR

ANTÔNIO FACCI
TESOUREIRO

JORGE SATO
PRESIDENTE